



## LIBRAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CUIABÁ- MT: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lucimara Thais de Souza Vidrigo(DEAD/Letras Unemat)

[Itsvidrigo@gmail.com](mailto:Itsvidrigo@gmail.com)

Ednéia Natalino da Silva Santos (PPGE-UNESP/Rio Claro DEAD/UNEMAT)-

[edineianatalino@gmail.com](mailto:edineianatalino@gmail.com)

GT 1 – CULTURAS ESCOLARES E LINGUAGENS

**Resumo:** Este trabalho é oriundo de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Letras com habilitação em Espanhol, da Universidade do Estado de Mato Grosso, e propõe realizar algumas reflexões acerca da inclusão de alunos surdos nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como os desafios em tempos de pandemia. A questão de inclusão no contexto escolar é antiga, e nos últimos anos, esse tema se intensificou, destacando também a LIBRAS, para a qual se têm surdos em todas as etapas e modalidades da educação básica e superior. A questão principal da pesquisa: como as escolas da educação básica se organizam para atender a demanda de inserção da LIBRAS? Quais os maiores desafios para os professores em trabalharem com alunos com deficiência auditiva/ surdo? A metodologia utilizada na pesquisa foi baseada na abordagem qualitativa, em conjunto à pesquisa bibliográfica e de campo com a utilização da técnica de questionário. As análises foram ancoradas nas legislações nacionais tais como Decreto nº 5.626 de 2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e dos teóricos: Mori e Sander (2015) Jannuzzi (2006) Witkoski(2009) entre outros.

**Palavras-chave:** Libras, Educação, Inclusão

### 1. Introdução

Diante do cenário atual momento vivenciado no Brasil desde 2020, com o surto do novo Coronavírus, doença acarretada pelo vírus SARS-CoV-2–Covid-19, em que a OMS (organização Mundial da Saúde) em 11 de março de 2020, caracteriza a covid-19 em pandemia. No Brasil registra-se em março de 2020, os primeiros registros da doença. Com isso fora decretado o isolamento e o distanciamento social. Esse movimento impactou os diferentes setores organizacionais sociais e políticos do país, entre eles, obviamente, a educação, nos seus diferentes níveis e modalidades de ensino. No dia 17

de março de 2020, o MEC publicou a Portaria nº 343, que em seu artigo 1º, autoriza em caráter excepcional a substituição das aulas de ensino presenciais por “aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL,2020).

Nesse sentido as esferas federais, estadual e municipais implementaram algumas medidas tanto em âmbito da saúde, educação para tentar amenizar as problemáticas com o uma nova proposta de ensino não presencial, denominada de ensino remoto emergencial. “A educação de surdos e o ensino remoto apresentam-se como debates precisos e contínuos, principalmente quando ambos se entrecruzam.” (SHIMAZAK, MENEGASSI,FELLINI, 2020, p.1)

Em pleno século XXI, além das problemáticas da pandemia, ainda enfrentamos os diversos desafios em torno da temática da educação para surdos, contudo a própria Constituição Federal Brasileira de 1998 em seu artigo 205, prevê que a educação é direito de todos, “dever do Estado e da família”, incluindo aqui toda pessoa com deficiência auditiva. As normativas educacionais amparam esse direito. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional -LDB nº 9.394/1996 em seus artigos 58 e 59. A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, em seu parágrafo único entende-se como LIBRAS:

Língua Brasileira de Sinais - a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p. 1).

Ainda no campo da legitimidade, o Decreto nº 5.626 de 2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que considera pessoa surda, em seu artigo Art. 2º “ aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Esse mesmo Decreto traz em seu corpus que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, bem como, obrigatoriamente, aos alunos surdos, o acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação.

No contexto escolar, as questões voltadas à inclusão são antigas, mas nos últimos anos esse tema ganhou relevância, destacando também a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), onde temos alunos surdos desde a educação infantil até a formação superior.

Nesse cenário, interessa-nos saber se essa inclusão está sendo acolhida e ofertada nas escolas.

Na busca por um modelo de escola inclusiva, o município de Cuiabá, vem implementando algumas políticas públicas educacionais, a fim de dirimir barreiras que impeçam o acesso de todos os alunos a frequentarem uma escola comum. Nesse sentido, têm sido realizadas algumas ações que vão ao encontro dessas políticas públicas, tais como: a criação do Centro de Atendimento ao Deficiente Auditivo, e salas acústicas específicas, ideais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O atendimento desenvolvido nesses espaços, visa atender os alunos que precisam se apropriar da língua de sinais, áreas do conhecimento em LIBRAS e da Língua Portuguesa, como segunda língua (Educação Especial no Município de Cuiabá: Diretrizes e Propostas Pedagógicas, 2010).

As instituições de educação pública devem garantir o ensino e uso da língua brasileira de sinais, com a presença de professor ou instrutor de Libras, e também dispor da presença de tradutor e intérprete de Libras. Salientamos que no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), há uma certa ausência quanto a oferta da Libras aos alunos da educação básica, o que existe, é apenas, uma menção à qual se refere a língua de sinais na área de linguagens (BRASIL, 2018, p.63).

Para tal, nossa pesquisa perpassou por três processo de atividades: a primeira com a formulação do problema com uma questão principal: como as escolas da educação básica se organizam para atender a demanda de inserção da LIBRAS? A segunda atividade ocorreu com plano da pesquisa em uma escola municipal de Cuiabá, tal planejamento levou em consideração o objetivo geral da pesquisa, em buscar analisar como ocorre a inserção da LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais nas unidades escolares, bem como compreender como acontece a inclusão de alunos surdos na escola em estudo. A terceira etapa da pesquisa, com a etapa da coleta de dados, análise e a interpretação dos dados.

## **2. A educação de surdos- Libras – possibilidades bilingue.**

A Carta Magna de 1988 reconhece o Direito a Educação escolar como um direito universal, a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê o direito a educação escolar como um direito fundamental a ser garantido por todos, incluindo as pessoas com deficiência. No entanto, sabe-se que a

apesar dos avanços normativos a partir de 1988, incluindo a LDB 9394/96, a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, o Decreto nº 5.626 de 2005, a educação num panorama geral, sobretudo, para classe trabalhadora, sempre esteve em segundo plano no que se refere aos atos governamentais desde a colonização do Brasil.

Para Gilberta Jannuzzi (2006, p.68), “a educação popular, portanto, foi concedida à medida que, somente a partir de 1930 no Brasil a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência e a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado”. Na esfera governamental, a autora relata que nas décadas de 1950 inicia as primeiras aberturas de cursos especializados de surdos-mudos para professores, através de campanha nacional para surdos e para cegos “foram as primeiras a serem organizadas, provavelmente porque eles vinham tendo atendimento sistematizado legalmente desde do século XIX, congregando usuários e profissionais em torno do problema” (JANNUZZI, 2006,p.68).

Jannuzzi (2006) referenciando em Soares (1999) destaca que nesses períodos a área repercute em relação a educação do surdo, e que estava diretamente ligada à vertente medico-pedagógica, “o objetivo dessa educação era suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar e nivelar o educando no contexto social dos “normais” por intermédio do ensino da linguagem análoga à fisiológica” (JANNUZZI, 2006,p.97).

Notamos o quão sofrido e discriminados seriam as pessoas que nascessem com alguma deficiência física ou motora, no processo de educação para os surdos. Mori e Sander (2015) referenciam que:

Na década de 1960, a história nos revela uma grande “descoberta” que mudaria universalmente o caminho desta jornada. O professor da Universidade Gallaudet, sediada na capital americana, em Washington, Dr. William C. Stokoe percebe que a língua de sinais americana usada pelas comunidades de surdos tem aspectos linguísticos. É a primeira vez que se relata algo, que já acontecia há anos, porém que nunca havia sido notado. (MORI; SANDER, 2015, p.7).

Consoante os autores, com essa descoberta o mundo dos surdos vislumbraria novas possibilidades e perspectivas para a educação, não só no âmbito dos estados americanos, mas também para outros países, como o Brasil, por exemplo. Como já mencionado no corpus do texto, no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS passa a ser oficializada

em 2002, através da Lei nº 10.436 de 24 de abril e regulamentada através do Decreto nº 5.626/05. No qual se exige:

Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, e garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização. (BRASIL, 2005,p.1).

Conforme a legislação, a Libras passa a ser uma possibilidade capaz de garantir a participação educacional/social dos surdos em todas as esferas de atividades educacionais e sociais.

Segundo Quadros (1997), a proposta bilíngue de educação para surdos, trata-se de:

Uma abordagem de ensino que estimula e propõe o acesso e o uso das duas línguas pela criança surda no ambiente escolar. Conforme ela, a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam da mesma língua. (QUADROS, 1997, p.27).

De acordo com a autora, para que ocorra o ensino bilíngue nas escolas, se faz necessário que a língua de sinais seja ofertada de forma espontânea, assim como a língua portuguesa; de modo amplo; na escola; em casa, junto com a família.

Segundo Lacerda (1998), estudos sobre línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados, surgindo a educação bilingue, que defende a ideia de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que mesmo sem ouvir, podem:

Desenvolver plenamente uma língua visogestual, pois são adquiridas pelos surdos com naturalidade e rapidez, possibilitando o acesso a uma linguagem que permite uma comunicação eficiente e completa como aquela desenvolvida por sujeitos ouvintes. Isso permite ao surdo um desenvolvimento cognitivo e social mais adequado e compatível com sua faixa etária. (LACERDA, 1998, p.04).

O bilinguismo, vai além do uso de duas línguas, é uma filosofia educacional, que implica em profundas mudanças em todo o sistema educacional para surdos.

A educação bilíngue consiste, em primeiro lugar, na aquisição da língua de sinais, sua língua materna. (HAHN, et al., 2009). Conforme Hahn, et al. (2009), o bilinguismo é uma alternativa de adaptação do surdo na sociedade ouvinte. Nesse sentido, se ofertarmos uma educação pautada na metodologia bilingue à comunidade surda, certamente diminuiremos os impactos oriundos de todas as formas de preconceito sofridos pela comunidade.

### **3. Caminhos metodológicos da pesquisa**

Neste tópico abordar-se-á os caminhos percorridos para desenvolvimento desta pesquisa, sabendo que este não se deu de forma individual, mas foi produzido a partir das nossas inquietações e de nossas escolhas.

A pesquisa de cunho de abordagem de pesquisa qualitativa, utilizou-se instrumentos de coletas de dados, leituras bibliográficas sobre a temática, análise documental, dos documentos em âmbito nacional sobre a inserção da LIBRA nas escolas, Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/05, bem como dos documentos do lócus da pesquisa, tais como Projeto Político Pedagógico-(PPP) e a aplicação de questionário à professores da escola.

Na pesquisa campo, utilizou da técnica de questionário, o roteiro levou em consideração o uso da língua de sinais na escola e a inserção da educação inclusiva. “A pesquisa científica possui um lado qualitativo em que a experiência pessoal, a intuição e o ceticismo trabalham juntos para ajudar a aperfeiçoar as teorias e os experimentos” (STAKE, 2010, p.21). Para o autor, a pesquisa qualitativa significa que seu raciocínio se baseia na percepção humana. O estudo qualitativo tem como características ser: interpretativo, experimental, situacional e personalístico.

O questionário foi aplicado *in loco* em março de 2021, com os três sujeitos participantes; professor da turma com alunos surdos, coordenador pedagógico e intérprete de Libras. A pesquisa foi realizada na EMEB Madre Marta Cerutti do Município de Cuiabá-MT. Para manter o anonimato dos partícipes da pesquisa, utilizaremos nomenclaturas para eles, sendo: P1, P2 e P3.

#### **4. Resultados e discussão: Reflexões a luz dos dados**

Nesse tópico, faremos algumas reflexões acerca dos dados obtidos no decorrer da pesquisa.

A Escola Municipal de Educação Básica Madre Marta Cerutti (EMEBMMC), está situada na região norte da capital de Mato Grosso, foi criada pelo Decreto Nº 1.149/85 em 25 de março de 1985, e autorizada a funcionar desde 24 de novembro de 1987. Oferece atendimento à Educação Infantil de 04 e 05 anos e 1º e 2º Ciclo do Ensino Fundamental (1º ao 6º ano), de acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP (2016).

Conforme o PPP da EMEBMMC (2016, p. 10), a escola dispõe de materiais pedagógicos e didáticos adequados (jogos, brinquedos, alfabeto móvel, livros didáticos e

de literatura infantil), que permitem atividades diversificadas na Educação. Em relação a estrutura, a escola possui sala de apoio, sala de recurso multifuncional e quadra esportiva.

Diante dos dados contidos no PPP da EMEBMMC (2016, p. 10) a escola pesquisada oferta acolhimento aos estudantes diariamente, dispondo informes orientativos e proporcionando semanalmente momentos cívicos, nesses momentos, os alunos se organizam em filas, e estão sempre acompanhados de seus respectivos professores, bem como acompanhados pela presença do intérprete de Libras. Entretanto diante da pandemia segundo a gestão escolar esses momentos foram suspensos.

De acordo com o PPP da EMEBMMC (2016), em relação a educação especial, a escola proporciona auxílio no desenvolvimento de capacidade psicognitiva, física e social dos estudantes, respeitando seus direitos ao acesso e permanência na sala de aula regular, bem como articula ações entre o professor da sala regular e professores da Sala de Recurso Multifuncional (SRM), propiciando o desenvolvimento cognitivo, por meio de atividades e metodologias variadas que auxiliem nas suas especificidades.

Atualmente, a escola conta com suporte para atendimento aos alunos com necessidades especiais, oferece cuidadores (CAD), instrutor e intérprete de Libras (para alunos com surdez), bem como professores especialistas em atendimento especial, por intermédio da sala de recursos multifuncionais (SRM).

Conforme o PPP (2016) da Emeb Madre Marta Cerutti, “Na escola, os professores realizam uma avaliação de sondagem nas primeiras semanas de aula, a partir daí, o professor começa a planejar as atividades a serem desenvolvidas. Porém, alguns estudantes necessitam de um acompanhamento individual e diversificado, e são encaminhados à sala de apoio aprendizagem.”

Ainda neste documento, é demonstrado como é direcionado a sala de apoio:

Os estudantes são encaminhados após a realização de um diagnóstico acompanhado de uma ficha de encaminhamento relatando as dificuldades que o estudante apresenta em relação à linguagem e as operações matemáticas e quais intervenções já foram realizadas pelo professor referência. Além de diálogos constantes entre a coordenadora e professores regentes acerca da superação das dificuldades apresentadas pelo educando é solicitado o acompanhamento sistemático dos pais na vida escolar, bem como uma avaliação feita de forma contínua. (PPP- EMEBMMC, 2016, p.19).

Duarte (2012), destaca que na avaliação do professor, o sucesso escolar do aluno surdo depende do investimento dos gestores públicos e do comprometimento profissional dos que trabalham com eles. “É preciso reconhecer e conhecer o direito da criança com

surdez. Para isso, precisamos de orientações e esclarecimentos, para que tenhamos qualidade no atendimento oferecido à eles. Não podemos tirar desses alunos a oportunidade de ler e escrever”.

A EMEB Madre Marta Cerutti pontua que a Educação Inclusiva, é o ato de ensinar a todos os estudantes, sem nenhum tipo de acepção. Mesmo enfrentando dificuldades, a escola busca proporcionar o desenvolvimento cognitivo através de atividades e metodologias variadas que auxiliem os alunos em suas peculiaridades. Desta forma, a escola tem como proposta pedagógica o atendimento de estudantes com necessidades educativas especiais dentro dos critérios de crescimento intelectual, social e humano.

#### **4.2. Algumas reflexões à luz dos dados do questionário**

As reflexões aqui discorridas, surgiram a partir dos pilares que emergiram no decorrer da pesquisa. As principais características dos 03 (três) sujeitos participantes da pesquisa, nos ajudaram a entender o universo pelo qual permeia nossa pesquisa. Todos os participantes estão na faixa etária que varia entre 42 a 56 anos de idade; possuem formação em licenciatura plena; dos 3 (tres), somente um sujeito tem especialização em Língua Brasileira de Sinais; quanto ao tempo de atuação no magistério, somente 2 (duas) pessoas responderam, o tempo varia entre 20 a 36 anos; em relação ao gênero, todos os sujeitos são do sexo feminino.

Inclinando-se aos objetivos da pesquisa, apresentamos abaixo os resultados encontrados nas respostas dos sujeitos partícipes da pesquisa, de modo a realizar algumas reflexões à luz da teoria que embasou nossa pesquisa, bem como apresentaremos a transcrição das falas na íntegra.

As professoras da instituição pesquisada atendem alunos surdos, onde a professora de P3 desempenha exclusivamente a atividade de intérprete.

Abaixo, transcrição das perguntas e respostas, seguida de algumas de nossas reflexões.

A primeira questão: O que você entende por Libras e Inclusão escolar? Os sujeitos da pesquisa responderam:

**P1:** “Libras é a linguagem de sinais é uma ferramenta muito importante no processo de aprendizagem e inclusão em escolas regulares”. Ainda para a P1 sobre essa questão: “o conhecimento e o uso de Libras pelos professores e sala de aula é imprescindível para

que haja comunicação entre professores e aluno, viabilizando a compreensão, contextualização e assimilação de habilidades e conhecimentos no processo de consolidação na aprendizagem”.

**P2:** “Libras e inclusão escolar tem as seguintes definições: Língua brasileira de sinais. Inclusão pra mim representa um ato de igualdade entre indivíduos que habitam a sociedade”. Para a **P3:** “A Língua Brasileira de Sinais é a ferramenta necessária para promover a inclusão das pessoas com deficiência auditiva e surdas”.

As respostas das professoras nos levam a perceber várias possibilidades entre elas o que traz P1 e P3 sobre seus entendimentos de Libras; para elas vai além da definição semântica, pode ser considerada como um instrumento de inclusão escolar. Importante destacar que para P2 a inclusão escolar pode ser definida como ato de igualdade entre os sujeitos.

Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, conforme descrita no decreto presidencial 5626 de 2005, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Assim o Decreto n. 5.626/05 que regulamenta a Lei n. 10.436/02, visando ao acesso à escola dos surdos, traz ainda que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

Para extrairmos mais informações que subsidiassem nossas reflexões, aplicamos o a questão dois com questionamento: **“Você professor(a) já atendeu alunos surdos em suas salas de aulas?”**

As respostas obtidas foram as mesmas: “o atendimento é realizado juntamente com o auxílio de professores intérpretes.”

Conforme as respostas, entendemos que a comunicação com os alunos surdos fica suscetível, exclusivamente a presença do Intérprete, de maneira a impactar no ensino e comunicação dos alunos surdos, pois não ocorre sem a presença desse profissional de Libras.

Para entendermos essa realidade vivenciada por eles, a questão três nos deu suporte para compreendermos as vivências dos sujeitos da pesquisa. Nessa direção solicitamos: **“Relate como foi essa experiência?”**

Somente P1 pôde responder, pois foi a pessoa que atuou de forma mais próxima dos alunos surdos, e relatou: "Foram experiências muito enriquecedoras, onde pude ter contato com a realidade do uso da língua de sinais. Todos aprendemos! Professores, alunos e comunidade escolar, aprendemos a nos comunicar, acolher e auxiliar o desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva."

Para compreendermos essa experiência e desenvolvimento com os alunos surdos, precisamos saber como eles são atendidos, para tal a próxima questão elucidada a indagação. Entretanto vale destacar que segundo as professoras o atendimento com os alunos surdos ficou na forma de ensino remoto dificultou-se em muito.

Conforme Barbosa, et al. (2015, p.07), "Com a aquisição da Libras, o aluno surdo desenvolverá a sua capacidade intelectual mais rapidamente, podendo, então, assimilar todas as atividades com igualdade de tempo em relação ao aluno ouvinte."

Diante dos relatos das vivências das professoras a questão a seguir nos possibilitou novas reflexões: "Você tem alguma dificuldade em trabalhar com alunos com deficiência auditiva? Se sim, quais são essas dificuldades?"

As respostas elucidam que todas tiveram e tem dificuldades em trabalhar com alunos surdos, exceto a interprete de libras, afirma não ter dificuldade. Nesse sentido a P1 relata: "Sim! Como possuo apenas o conhecimento básico sobre a linguagem de sinais. Porém, recebo auxílio da professora intérprete para a comunicação com os alunos e me respaldo nas sugestões e atividades diretivas ofertadas pelas professoras que atendem na sala de recursos multifuncional." A mesma narrativa é percebida na fala da **P3**: "Sim, quando os alunos não estão alfabetizados em sua primeira língua, a Libras, fica difícil até para o aluno acompanhar os demais em sala de aula."

Diante das respostas, verificamos que ainda existe domínio da língua em questão, tanto para os educadores, quanto para os alunos surdos.

Segundo Barbosa, et al. (2015, p.04), "O professor que domina a língua do aluno surdo tem como aliada a comunicação direta e os diálogos claros com a confiabilidade requerida por parte destes alunos. Esse profissional começa a se na cultura surda e a conhecer um mundo diferente do que está acostumado. A inclusão não deve ser um fato cobrado, mas sentido." Conforme Barbosa:

Para facilitação da inclusão dos alunos surdos, a presença de um intérprete em cada sala de aula é obrigatória. Contudo, mesmo com a presença de intérpretes,

observa-se que as metodologias e as estratégias de ensino utilizadas atualmente ainda são voltadas prioritariamente para uma visão oral-auditiva, geralmente, devido à maioria do público estudantil ser composto de ouvintes (BARBOSA, et al., 2015, p.07).

Compreendendo as respostas das questões anteriores, e certificando se existe recusa dos demais alunos, fechamos os questionamentos a última pergunta: “Você percebe algum tipo de preconceito dentro da sala de aula dos alunos não surdos com os surdos?”

O que nos chamou a atenção é que no relato das professoras, existem sim preconceito, em todos os setores a sociedade, incluindo a escola com os sujeitos surdos. Conforme fica destacado em suas falas:

Para a P1: “O preconceito existe todos os lugares. Cabe a nós professores fazermos da nossa sala de aula um ambiente de inclusão onde todos são estimulados a participar, conhecer, aprender com os erros e acertos e sem distinção entre os alunos.” Entretanto segundo a P2: “Não há nenhum preconceito.” Nos dizeres da P3: “Sim, acredito que por falta de conhecimento, alguns insistem em chamar os surdos de “surdinho” ou “mudinho”.

De acordo com Sanca (2019, p.01), “Podemos considerar a alfabetização de surdos em Língua de Sinais como primeira língua o retrato do princípio de superação de preconceito à condição humana de sujeito social portador de deficiência auditiva.”

Sobre o preconceito, Witkoski (2009, p.01) diz:

Falar sobre surdez e preconceito é narrar uma das interfaces do ser surdo. Na história do povo surdo estão evidentes as marcas que o identificam como um ser incompleto, incapaz, deficiente. A partir dessa concepção da surdez, todo tipo de violência física e simbólica foi exercida, passando por extermínio, reclusão em casa, proibição do uso da língua de sinais, segregação em escolas especiais, até as atuais propostas pedagógicas adjetivadas como bilíngues, utilizadas “como mais uma metodologia colonialista, a-histórica e despolitizada” (WITKOSKI, 2009, p.01).

Indubitavelmente por meio das respostas, vimos que ainda existe o preconceito em relação aos alunos surdos, esse sentimento hostil necessita ser dialogado em sala de aula e com todos os envolvidos no ambiente escolar, a fim de que se conheça mais sobre o que é a surdez, como é a cultura surda, a medida que todos possam entender o universo dos alunos surdos, aceitando e respeitando as diferenças. Uma solução para as professoras P1 e P3, que lidam com esses preconceitos em sala.

Diante dos dados obtidos, vimos que os profissionais da educação, são solícitos em relação a inclusão escolar, e estão avançando na busca melhorias e novas políticas

pedagógicas com a intenção de prestar um melhor trabalho, prezando pela qualidade no desenvolvimento do ensino aos alunos portadores de necessidade especial. No caso da LIBRAS, apesar da notoriedade de sua importância, são poucos os profissionais que apresentam cursos na área, ficando restrito aos intérpretes e instrutores.

Observamos também que há outro obstáculo correlato a Libras, a dificuldade que alguns profissionais têm em lidar com esses alunos, tanto em sala regular, quanto no ambiente escolar, o que limita a comunicação desses alunos com os demais da comunidade escolar.

O objetivo do ensino bilíngue é que o aluno surdo possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado no aluno ouvinte (LACERDA, 1998, p.05). O que se propõe no ambiente escolar, consoa com o que a autora sugere:

Que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário. Quanto mais cedo a criança surda é exposta à língua de sinais, aprendendo a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar. Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada, tornando-se bilíngue, numa modalidade de bilinguismo sucessivo. (LACERDA, 1998, p. 05).

Quando analisamos o atual panorama, sob o prisma, aluno-escola, notamos dificuldades de aprendizagem em alunos que ainda não são alfabetizados em sua língua materna, a Libras, impedindo o acompanhamento do ensino em sala de aula. A Libras deve ser assimilada e aprendida, primeiramente, pois é a língua própria dos surdos. Essa limitação, pode acarretar consequências emocionais e sociais, tal dificuldade foi apontada nas respostas, e mostra que é preciso intensificar o aprendizado em Libras. O ambiente escolar necessita de mais conhecimento sobre a surdez e suas necessidades de linguagem.

## 5. Considerações finais

Em síntese, a inserção da língua brasileira de sinais na escola, tem sido ofertada aos alunos surdos, por meio de alguns dispositivos, tais como: acesso a sala multifuncional, com a presença de professor especialista em educação especial, instrutor de LIBRAS e também, a presença de intérprete revelam os desafios encontrados no atendimento remoto, em relação à preocupação existente a respeito dos alunos que se encontram excluídos do acesso ao sistema por inúmeros motivos relatados: questão econômica; a presença do interprete para a auxiliar na compreensão de enunciados e na resolução das

atividades; entre muitos outros aqui não mencionados. Falta preparação da escola que não oferece a LIBRAS como outra opção de língua (ensino bilíngue) aos demais alunos, o que acaba impondo barreiras nas relações interpessoais.

Destacamos que é necessário que a inserção da língua de sinais ganhe força, como por exemplo, a inclusão dela na BNCC, considerando-a como uma língua verdadeira, de acesso para todos os alunos da educação básica, bem como é extremamente necessário a qualificação/especialização dos profissionais da área, pois nunca saberemos quando vamos atender um aluno que precisa da Libras no ambiente educacional. Diante do exposto, é importante que todos os participantes do ambiente escolar, tenham conhecimento da cultura surda, compreendendo as suas necessidades.

## 6. Referências

BARBOSA, Clévia, et al. A importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva. **INES Revista Espaço**, Rio de Janeiro, nº 43, jan./jun. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Thais/Downloads/11-80-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Thais/Downloads/11-80-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 20 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dez. de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm) Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.a.sp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.a.sp) Acesso em: 28 ago. 2020.

DUARTE, G. T. Língua Portuguesa é tema de encontro de instrutores e intérpretes de Libras. **Assessoria SME**. Cuiabá, 12 mar. 2012. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/imprime.php?cid=4448&sid=32> Acesso em 20 mar. 2021.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HAHN, Ana, et al. O bilinguismo aplicado à educação especial de surdos. Wiki Psicoeduc, 2009. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/index.php/O\\_BILINGUISMO\\_APLICADO\\_%C3%80\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_ESPECIAL\\_DE\\_SURDOS](https://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/index.php/O_BILINGUISMO_APLICADO_%C3%80_EDUCA%C3%87%C3%83O_ESPECIAL_DE_SURDOS). Acesso em 20 mar. 2021.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação para deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XX. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LACERDA, C. B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) . Acesso em 06 mai. 2021.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. SANDER, Ricardo Ernani. **História da educação dos surdos no Brasil**. Seminário de Pesquisa do Pepi, 2015. Disponível em [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf). Acesso em 25/08/2020.

MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena T.A. O processo de Pesquisa: Iniciação. Brasília: Plano, 2002.

OLIVEIRA, Maria Izete de. Guia Prático: **Projetos de Pesquisa e Trabalho Monográfico**. 6. Ed. revisada e ampliada / Maria Izete de Oliveira. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2012. 43 p.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANCA, D.M. Surdez e preconceito no contexto da normatividade social. Revista Educação Pública, v.19, nº 3, 5 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/3/surdez-e-preconceito-no-contexto-da-normatividade-social> . Acesso em 20 mar. 2021.

SME, Secretaria Municipal de Educação. **Assessoria SME**. 2012. Disponível em:

<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=242179&noticia=interpretes-e-instrutores-de-libras-da-rede-de-ensino-da-capital-participam-de-formacao>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SME, Secretaria Municipal de Educação. **Educação Especial no Município de Cuiabá**: Diretrizes e Propostas Pedagógicas. Prefeitura de Cuiabá, 2010. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/educacaoespecial.pdf> Acesso em: 28 ago. 2020.

SHIMAZAKI, E. M.. MENEGASSI, R.J. FELLINI, D. G. N.. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. In **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020 Disponível em: <https://www.revistas2.> . acesso em 24/03/2021

STAKE, E. R. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. São Paulo: Penso, 2010.

WITKOSKI, S. A. **Surdez e preconceito**: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a12.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.